

**BrasilTelecom****BRASIL TELECOM S.A.**

CNPJ nº 76.535.764/0001-43

NIRE 533 0000 622 - 9

Companhia Aberta
CVM nº 01131-2**ATA DE ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 18 DE DEZEMBRO DE 2001.**

DATA, HORA E LOCAL: 18 de dezembro de 2001, às 10:00 horas, na sede social da Companhia, no SIA SUL – ASP – Lote D, Bloco B, DF – Brasília.

PRESENÇA: Presentes à Assembléia os acionistas detentores de mais de 2/3 (dois terços) do capital social com direito a voto de emissão da Companhia conforme se verifica das assinaturas apostas no “Livro de Presença de Acionistas”. Sr. Rodrigo Panico – Representante da Companhia para os efeitos do artigo 17 do Estatuto Social da Companhia e o Sr. Luiz Otávio Nunes West – Representante do Conselho Fiscal da Companhia.

MESA DIRETORA: Presidente Rodrigo Panico; Secretário Paulo Luiz Salami.

CONVOCAÇÃO: Edital de convocação publicado nos dias 03, 04 e 05 de dezembro de 2001, na Gazeta Mercantil – Edição Nacional, Jornal de Brasília e Valor Econômico.

ORDEM DO DIA: Deliberar sobre a aprovação da emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativas, escriturais, no valor de até R\$1.500.000.000,00 (um bilhão e quinhentos milhões de reais).

DELIBERAÇÕES: Todas tomadas e aprovadas por maioria de votos dos acionistas presentes. Os Acionistas resolveram deliberar, com base na proposta formulada pela Administração da Companhia, sobre as seguintes matérias:

Quanto às deliberações da Ordem do Dia, foi aprovada a proposta da Administração da Companhia referente à Primeira Emissão Pública da Companhia, em Duas Séries, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, com Garantia Fidejussória, a ser prestada pela Brasil Telecom Participações S.A., no montante total de até R\$1.500.000.000,00, observadas as seguintes condições e características:

1. DAS CARACTERÍSTICAS DA 1ª EMISSÃO

1.1. Número da Emissão e Séries

A presente Emissão Pública constitui a 1ª Emissão Pública de Debêntures da Companhia, e será dividida em duas séries.

1.2. Montante da Emissão

O montante da presente Emissão é de até R\$ 1.500.000.000,00 (um bilhão e quinhentos milhões de reais).

1.3. Destinação de Recursos

Os recursos obtidos através da presente Emissão serão destinados a investimentos para expansão e modernização da planta nos anos de 2002 e 2003, bem como para outros investimentos da Companhia.

1.4. Colocação, Procedimento e Negociação

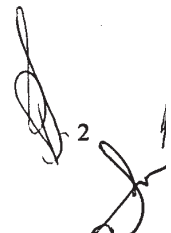
As Debêntures serão objeto de distribuição pública com intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de títulos e valores mobiliários ("Bancos Coordenadores"), para negociação no mercado de balcão organizado, através (i) do Sistema Nacional de Debêntures - SND, administrado pela Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto - ANDIMA e operacionalizado pela Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos - CETIP e/ou (ii) Sistema de Negociação BOVESPA FIX, da BOVESPA (doravante denominado "BOVESPA FIX"), custodiado na CBLC - Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia (doravante denominada "CBLC"), mediante o procedimento diferenciado previsto no artigo 33 da Instrução CVM nº 13, de 30 de agosto de 1980, inexistindo reservas antecipadas, lotes mínimos ou máximos de Debêntures, sendo atendidos, preferencialmente, os clientes dos Bancos Coordenadores que desejarem subscrever as Debêntures.

1.5. Limite da Emissão

A 1ª Emissão atende ao limite estabelecido no *caput* do artigo 60 da Lei n.º 6.404/76, não ultrapassando o valor do capital social da Companhia que, em 18 de dezembro de 2001, totalizava R\$3.296.179.188,66 (três bilhões, duzentos e noventa e seis milhões, cento e setenta e nove milhões, cento e oitenta e oito reais e sessenta e seis centavos).

1.6. Certificados das Debêntures

A Companhia não emitirá certificados representativos das Debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pela instituição financeira responsável pela escrituração das Debêntures, definida no item 2.6 abaixo. Adicionalmente, será admitido como comprovante de titularidade o "Relatório de Posição de Ativos" expedido pelo SND, acompanhado de extrato, em nome do Debenturista, emitido pela instituição financeira responsável pela custódia destes títulos quando depositados no referido sistema; e/ou o Relatório de "Posição de Títulos", expedido através do Sistema de Liquidação e Custódia da CBLC, caso as Debêntures sejam negociadas no BOVESPA FIX.



2. DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

2.1. Data de Emissão

Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 01 de fevereiro de 2002 ("Data de Emissão").

2.2. Quantidade de Títulos e Alocação das Debêntures nas Séries

2.2.1. Serão emitidas, no total, até 150.000 (cento e cinquenta mil) Debêntures, a serem alocadas entre as duas séries da Emissão, conforme o resultado da demanda dos investidores verificada durante o processo de *bookbuilding*, observado que o número de Debêntures a ser alocado para cada uma das séries não poderá ultrapassar 100.000 Debêntures.

2.2.2. Nos termos do parágrafo 3º do artigo 59 da Lei nº 6404/76, a Companhia não poderá colocar as Debêntures da 2ª Série antes de colocadas todas as Debêntures da 1ª Série, ou cancelado o saldo não colocado.

2.3. Valor Nominal Unitário

As Debêntures das duas séries terão valor nominal unitário, na Data de Emissão, de R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

2.4. Garantia – mediante Prestação de Fiança

2.4.1. A Brasil Telecom Participações S.A. prestará fiança às Debêntures desta Emissão ("GARANTIDORA"), com renúncia aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração previstos nos artigos 1.006, 1.485, 1.491, 1.498, 1.499, 1.500, 1.502, 1.503 e 1.504 do Código Civil, nos artigos 261 e 262 do Código Comercial Brasileiro e nos artigos 77 e 595 do Código de Processo Civil, pelo pagamento, na data de seu vencimento, do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido de sua respectiva Remuneração e, se for o caso, dos encargos moratórios contratados.

2.4.2. A prestação da fiança pela GARANTIDORA foi aprovada em Reunião de seu Conselho de Administração realizada em 19 de novembro de 2001.

2.5. Prazo e Data de Vencimento

Primeira série: O prazo das Debêntures da 1ª Série ("Debêntures da 1ª Série") será de 04 (quatro) anos, a partir da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 01 de fevereiro de 2006, ocasião em que a Companhia procederá ao pagamento das Debêntures objeto da 1ª Série que ainda se encontrarem em circulação.

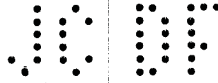
Segunda série: O prazo das Debêntures da 2ª Série ("Debêntures da 2ª Série") será de 06 (seis) anos, a partir da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 01 de fevereiro de 2008, ocasião em que a Companhia procederá ao pagamento das Debêntures objeto da 2ª Série que ainda se encontrarem em circulação.

2.6. Forma e Conversibilidade

As Debêntures das duas séries serão da forma nominativa, escritural e não conversíveis em ações da Companhia, sendo o Banco Bradesco S.A. responsável por sua escrituração.

3

2.7. Espécie



As Debêntures das duas séries serão da espécie quirografária.

2.8. Preço, Prazo de Subscrição e Integralização

2.8.1. As Debêntures das duas séries serão subscritas pelo seu Valor Nominal Unitário, atualizado, quando aplicável, acrescido de sua respectiva Remuneração, na forma prevista no item 2.9 abaixo, calculados *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data da efetiva integralização, que será à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição.

2.8.2. As Debêntures deverão ser subscritas e integralizadas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias a contar da data de concessão de registro, pela CVM, para distribuição pública das Debêntures.

2.9. Remuneração das Debêntures da 1ª Série e da 2ª Série (“Remuneração”)

2.9.1. Remuneração das Debêntures da 1ª Série

- a) A Remuneração das Debêntures da 1ª Série será realizada através de processo de *bookbuilding*, limitado à taxa máxima de 109% da Taxa DI, conforme definida abaixo.
- b) Por procedimento de *bookbuilding* entende-se o procedimento a ser organizado e conduzido pelos Bancos Coordenadores, que consistirá na verificação, junto aos investidores, da demanda pelas Debêntures da 1ª Série em diferentes níveis de percentual de variação da taxa média dos Depósitos Interfinanceiros de um dia – DI, “over extra grupo” expressa na forma percentual ao ano, calculada e divulgada pela CETIP no Informativo Diário, disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) e no jornal “Gazeta Mercantil”, Edição Nacional, doravante denominada “Taxa DI”. Ao final deste processo, o Conselho de Administração da Companhia ratificará a variação do percentual da Taxa DI resultante do processo de *bookbuilding*, devendo ser celebrado aditamento à respectiva Escritura para refletir a taxa efetiva de Remuneração a ser aplicável às Debêntures da 1ª Série, devendo o mesmo ser averbado à margem do registro de imóveis do local da sede da Companhia.

c) Periodicidade de Pagamento da Remuneração

A remuneração das Debêntures da 1ª Série será paga semestralmente, a contar da Data de Emissão, vencendo-se no dia 01 de fevereiro e 01 de agosto de cada ano, ocorrendo o primeiro pagamento em 01 de agosto de 2002 e o último, na data de vencimento.

d) Período de Vigência da Remuneração

As condições de Remuneração definidas acima, terão ~~Período~~ ^{Período} de Vigência da Data de Emissão até a Data de Vencimento, ou até a quitação integral das obrigações da Companhia.

e) Cálculo da Remuneração

Fórmula de cálculo da remuneração:

$$JR = VN \times [(f_1 \times f_2 \dots \times f_j) - 1]$$

Onde,

JR = Valor da Remuneração a ser pago nas datas dos seus respectivos vencimentos;

VN = Valor Nominal Unitário da Debênture no início do "período de capitalização";

$(f_1 \times f_2 \dots \times f_j)$ = fator de variação acumulado da Taxa DI, incorporado o spread ("S"), entre a data de início (inclusive) e data final (exclusive) do "período de capitalização" da Remuneração, calculada conforme fórmula abaixo:

Os termos f_1 , f_2 , f_j serão obtidos de acordo com a seguinte fórmula:

$$f_j = \left\{ \left[\left(1 + \frac{\text{Taxa DI}_j}{100} \right)^{\frac{1}{252}} - 1 \right] \times S \right\} + 1$$

Onde,

f_j = fator da Taxa DI referente ao dia "j";

Taxa DI_j = Taxa DI, em percentual ao ano, base 252 dias, calculada e divulgada pela CETIP, referente ao dia "j";

S = percentual a ser definido no processo de *bookbuilding*, limitado a 109,00%.

f) Período de Capitalização

Define-se "Período de Capitalização" como o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do Primeiro Período de Capitalização, ou na data prevista do pagamento da Remuneração prevista neste item 2.9.1, imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data prevista do pagamento da Remuneração correspondente ao período. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade. Os Períodos de Capitalização estão definidos da seguinte forma:

Períodos de Capitalização	Datas de Início e Término
1º	Da data de emissão até 01/08/2002,

	exclusive
2º	01/08/2002 inclusive a 01/02/2003, exclusive
3º	01/02/2003 inclusive a 01/08/2003, exclusive
4º	01/08/2003 inclusive a 01/02/2004, exclusive
5º	01/02/2004 inclusive a 01/08/2004, exclusive
6º	01/08/2004 inclusive a 01/02/2005, exclusive
7º	01/02/2005 inclusive a 01/08/2005, exclusive
8º	01/08/2005 inclusive a 01/02/2006, inclusive

g) Apuração da Taxa DI

Se na data de apuração do valor de quaisquer obrigações não se conheça a Taxa DI aplicável, a determinação da Remuneração em um determinado Período de Capitalização por não ter sido divulgada, será aplicado o último valor da Taxa DI aplicável que estiver disponível naquela data, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Companhia quanto por parte dos Debenturistas, quando da divulgação da Taxa DI aplicável.

g.1.) A utilização da Taxa DI deverá considerar o número de casas decimais, conforme divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo.

h) Extinção, Impossibilidade Legal de Utilização ou Não Divulgação da Taxa DI

Na ocorrência de extinção, impossibilidade legal de aplicação às Debêntures da 1ª Série, da Taxa DI, ou da não divulgação da Taxa DI por mais de 10 dias seguidos, será utilizado em substituição o parâmetro legal que vier a ser determinado, se houver. Na ausência de índice que substitua a Taxa DI, ou caso, a exclusivo critério do AGENTE FIDUCIÁRIO, a Taxa DI deixar de ser representativa da média dos depósitos interfinanceiros, o AGENTE FIDUCIÁRIO deverá convocar Assembléia Geral de Debenturistas, nos termos do artigo 124 da Lei nº 6.404/76, a ser realizada no prazo máximo de 20 dias, contados da data do evento, para deliberar, de comum acordo, com a Companhia, o novo parâmetro de Remuneração das Debêntures, a ser proposto pela Companhia. O novo parâmetro de Remuneração, estabelecido entre os Debenturistas e a Companhia, será utilizado, também, para a Remuneração do período compreendido entre a data de divulgação da última Taxa DI até a próxima data de vencimento de Remuneração ou do valor principal das Debêntures. Caso não haja acordo entre os Debenturistas e a Companhia, as Debêntures deverão ser resgatadas no prazo máximo de 60 dias corridos, contados da data da realização da Assembléia Geral de Debenturistas, na sua totalidade, pelo saldo não amortizado do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração devida até a data do resgate, calculada *pro rata temporis*, a partir da data do último pagamento da Remuneração.

2.9.2. Remuneração das Debêntures da 2ª Série

6

a) As Debêntures da 2ª Série farão jus a remuneração com base na variação do Índice Geral de Preços – Mercado, apurado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas (“IGP-M”), acrescida de taxa máxima de juros de até 13,25% (treze inteiros e vinte e cinco centésimos por cento) ao ano, sendo que a taxa efetiva será definida nos termos dos itens abaixo.

a.1.) O Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série será atualizado pela variação do IGP-M, a partir de Data de Emissão até a Data de Vencimento da 2ª Série, calculada de forma *pro rata temporis* por dias corridos (o “Valor Nominal Atualizado das Debêntures da 2ª Série”).

a.2.) O Valor Nominal Atualizado das Debêntures da 2ª Série será calculado por meio da capitalização do montante correspondente à parcela do IGP-M, que será incorporado ao Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série no primeiro dia de cada mês da vigência das Debêntures da 2ª Série, observada a seguinte fórmula:

$$VNa = VNe \times \left\{ \left[\frac{NI_1}{NI_0} \right]^{\frac{dcp_1}{dct_1}} \times \left[\frac{NI_2}{NI_1} \right]^{\frac{dcp_2}{dct_2}} \times \dots \times \left[\frac{NI_n}{NI_{n-1}} \right]^{\frac{dcp_n}{dct_n}} \right\}$$

onde:

VNa = valor nominal atualizado;

VNe = valor nominal ou saldo do valor nominal, conforme o caso;

NI0 = valor do número-índice do IGP-M do mês anterior ao mês de início de atualização;

NI1 = valor do número-índice do IGP-M do mês de início de atualização;

NI2 = valor do número-índice do IGP-M do mês subsequente ao mês de início de atualização;

NI_n = valor do número-índice do IGP-M do mês anterior ao mês de atualização¹ até a data de aniversário do ativo. Após a data de aniversário², valor do número-índice do mês de atualização¹;

NI_{n-1} = valor do número-índice do IGP-M do mês anterior ao mês “n”;

dcp = número de dias corridos da última data-base³ até a data de atualização;

7

dct = número de dias corridos contidos entre a última e a próxima data-base;

Observações:

(1) Considera-se como mês de atualização, o mês compreendido entre duas datas de aniversários consecutivas das Debêntures da 2ª Série.

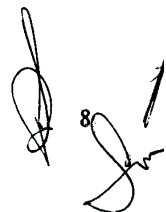
(2) Considera-se data de aniversário o dia 01 de fevereiro de cada ano, até a da Data de Vencimento da 2ª Série.

(3) Considera-se data-base o dia 01 de cada mês.

a.3.) O IGP-M deverá ser utilizado considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo.

a.4.) No caso de indisponibilidade temporária do IGP-M quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura, será utilizada, em sua substituição, o último IGP-M divulgado, calculado *pro rata temporis* por dias corridos, não sendo devida, quando da divulgação do IGP-M devido, quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Companhia quanto pelos Debenturistas.

a.5.) Na ocorrência de uma das seguintes hipóteses: (i) ausência de apuração e/ou divulgação do IGP-M por prazo superior a 30 dias após a data esperada para sua divulgação; (ii) extinção do referido índice; ou (iii) de impossibilidade de aplicação do referido índice em razão de superveniência de normas legais e regulamentares, ou determinação judicial, o AGENTE FIDUCIÁRIO deverá convocar os Debenturistas para, reunidos em Assembléia de Debenturistas, deliberarem, em conjunto com a Companhia, a respeito do novo critério de remuneração a ser utilizado, observada a Decisão Conjunta BACEN/CVM nº 7/99 e/ou a regulamentação aplicável. Será facultado à Companhia, caso discorde da deliberação da Assembléia de Debenturistas, e desde que comunique sua decisão ao AGENTE FIDUCIÁRIO, no prazo de 15 (quinze) dias contados a partir da data da realização da Assembléia de Debenturistas, resgatar a totalidade das Debêntures da 2ª Série em circulação em cronograma estipulado pela Companhia, o qual não excederá o prazo de vencimento das Debêntures da 2ª Série, vigendo até o resgate o critério de remuneração deliberado pela referida Assembléia de Debenturistas, o qual deverá, além de preservar o valor real das Debêntures, remunerá-las nos mesmos níveis anteriores. Enquanto não houver definição do novo critério de remuneração será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações previstas na presente Escritura, a última variação percentual divulgada para o IGP-M.



b) A taxa de juros incidirá sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da 2ª Série, devendo ser paga ao final de cada Período de Capitalização, nas Datas de Pagamento da Remuneração da 2ª Série (conforme definidos abaixo).

b.1.) A taxa de juros efetiva será definida em processo de *bookbuilding*, observado o valor máximo de 13,25% (treze inteiros e vinte e cinco centésimos por cento) ao ano.

b.2.) O processo de *bookbuilding* consiste na verificação, junto aos investidores, da demanda pelas Debêntures da 2ª Série em diferentes níveis de taxa de juros. Ao final deste processo, o Conselho de Administração da Companhia fixará a taxa de juros efetiva. A taxa de juros final e efetiva, verificada por meio do processo de *bookbuilding*, constará de aditamento à Escritura, devendo o mesmo ser averbado à margem do registro de imóveis do local da sede da Companhia.

b.3.) Para fins de remuneração das Debêntures da 2ª Série, entende-se por “Período de Capitalização” o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na Data de Pagamento da Remuneração da 2ª Série imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na Data de Pagamento da Remuneração da 2ª Série correspondente ao período. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade.

b.4.) O cálculo dos juros incidentes sobre as Debêntures da 2ª Série será realizado com base na seguinte fórmula:

$$J = VNa \times \left\{ \left[\left(1 + \frac{\text{taxa}}{100} \right)^{\frac{n}{360}} \right]^{\frac{DP}{DT}} - 1 \right\}$$

Onde:

J = valor dos juros devidos no final de cada Período de Capitalização;

VNa = valor nominal ou saldo do valor nominal atualizado, conforme o caso;

taxa = taxa de juros fixa, expressa ao ano;

n = é o número de dias corridos entre a data do próximo evento e a data do evento anterior;

DT = é o número de dias corridos entre o último e o próximo evento;

DP = é o número de dias corridos entre o último evento e a data atual.

Entende-se por evento qualquer pagamento da remuneração das Debêntures da 2ª Série.

c) A Remuneração a incidir sobre as Debêntures da 2ª Série será devida nas seguintes datas (cada uma, uma "Data de Pagamento de Remuneração da 2ª Série"):

Pagamentos	Data de Pagamento
1º Pagamento	01.02.2003
2º Pagamento	01.02.2004
3º Pagamento	01.02.2005
4º Pagamento	01.02.2006
5º Pagamento	01.02.2007
6º Pagamento	01.02.2008

2.10. Amortização Programada

Primeira Série: As Debêntures da 1ª Série não terão amortização programada.

Segunda Série: As Debêntures da 2ª Série terão o seu Valor Nominal Unitário, atualizado, se aplicável, amortizado em três parcelas, conforme a seguinte programação e respeitados os percentuais abaixo:

DATA	Parcela de Amortização do Valor Nominal Atualizado
01.02.2006	1/3 do Valor Nominal Atualizado
01.02.2007	1/3 do Valor Nominal Atualizado
01.02.2008	Saldo do Valor Nominal Atualizado

2.11. Repactuação

Não haverá repactuação para as Debêntures desta Emissão.

2.12. Resgate Antecipado Facultativo à Companhia

A Companhia reservar-se-á o direito de, a qualquer tempo, a partir do 12º (décimo segundo) mês contado da Data de Emissão ("Data de Início de Resgate"), promover o Resgate Antecipado de todas ou parte do total das Debêntures da Emissão em circulação, mediante o pagamento do Valor Nominal Unitário, atualizado, quando aplicável, acrescido da respectiva Remuneração, conforme se trate de Debêntures da 1ª Série ou da 2ª Série, aplicável até a data do resgate, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data do último pagamento da respectiva Remuneração, conforme aplicável, até a data do seu efetivo pagamento, acrescido de Prêmio de Reembolso, conforme estabelecido nos itens "a" e "b" deste item.

10

- a) Prêmio de Reembolso aplicável às Debêntures da 1ª Série: 1,00% (um por cento) sobre o valor do resgate, proporcional ao prazo em dias corridos restante entre a data do efetivo resgate e a data de vencimento das Debêntures da 1ª Série, de acordo com a seguinte fórmula:

$$P = d/D * 1,00\%$$

Onde:

P = Prêmio a ser pago em valor percentual sobre o valor do resgate

d = quantidade de dias corridos a transcorrer entre a data do efetivo resgate e a data de vencimento das Debêntures da 1ª Série

D = quantidade de dias corridos entre a data de 01/Fev/2003 (correspondente ao período de 12 meses após a data de emissão) e a data de vencimento das Debêntures da 1ª Série.

- b) Prêmio de Reembolso aplicável às Debêntures da 2ª Série – O Prêmio de Reembolso da 2ª Série será calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$VRA = \frac{SVN \times ([\bullet] \times 1,0025)^{n/360}}{(Rntn/100 + 1)^{n/360}}$$

Onde:

SVN = Saldo não amortizado do Valor Nominal Unitário atualizado das Debêntures, calculado na forma do item 2.9.2., apurado na data do Resgate Antecipado;

[•] = Fator referente à Remuneração da 2ª Série (máxima de 13,25% a.a.);

1,0025 = Fator de prêmio por conta do Resgate Antecipado (0,25%);

VRA = Valor devido pela Companhia na hipótese de Resgate Antecipado das Debêntures da 2ª Série;

N = Número de dias corridos entre a data do Resgate Antecipado das debêntures e da data de vencimento da respectiva debênture resgatada, excluindo a data de início e incluindo-se a data de vencimento; e

Rntn = Juros das Notas do Tesouro Nacional - C de prazo equivalente (títulos indexados ao IGPM), no mercado secundário, na forma percentual, apurada pela Companhia na data de publicação do "Aviso aos debenturistas".

2.12.1. A Companhia deverá comunicar os debenturistas acerca do Resgate Antecipado das Debêntures, na forma do item 2.12 desta Assembléia Geral de Acionistas, no mínimo 20 (vinte) dias corridos antes do efetivo resgate das Debêntures.

2.12.2. Na hipótese de Resgate Antecipado de parte do total das Debêntures em circulação, o resgate ocorrerá mediante sorteio, na presença do AGENTE FIDUCIÁRIO, nos termos do parágrafo primeiro do art. 55 da nº Lei 6.404/76 e demais normas aplicáveis, sendo certo que, em ocorrendo resgate parcial, deverão permanecer em circulação no mínimo 20% (vinte por cento) das Debêntures originalmente subscritas e colocadas, caso contrário o resgate deverá ser total.

11

2.13. Aquisição Facultativa pela Companhia

A Companhia poderá, a qualquer tempo, adquirir no mercado, Debêntures em circulação das duas séries por preço não superior ao seu Valor Nominal Unitário, atualizado, quando aplicável, acrescido de sua respectiva Remuneração aplicável até a data da aquisição, calculado *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão ou a data do último pagamento de juros, observado o disposto no parágrafo 2º, do art. 55, da Lei nº 6.404/76. As Debêntures objeto deste procedimento poderão ser canceladas, permanecer na tesouraria da Companhia, ou ser novamente colocadas no mercado.

2.14. Aquisição Obrigatória pela Companhia

A Companhia adquirirá a totalidade das Debêntures da Emissão em circulação, dos debenturistas que, individualmente, manifestarem interesse em vender todas ou parte das Debêntures desta Emissão de que sejam titulares, em até 60 dias, contados da data do recebimento da comunicação por escrito do Debenturista, na ocorrência dos seguintes eventos:

- a) alienação ou perda, a qualquer título, do controle acionário, direto ou indireto, da Companhia pela GARANTIDORA; e
- b) alienação ou perda, a qualquer título, do controle acionário direto da GARANTIDORA, por sua atual controladora direta, a Solpart Participações S.A., bem como da maioria do capital votante da Solpart Participações S.A..

2.15. Covenants Financeiros

A Companhia obriga-se a respeitar os seguintes limites e índices financeiros, a serem verificados trimestralmente:

- a) Na data do último balanço trimestral, a relação entre o somatório do EBITDA consolidado dos últimos 4 trimestres da Companhia e o somatório das Despesas Financeiras Consolidadas no mesmo período não poderá ser inferior a 2,25;
- b) Na data do último balanço trimestral, a relação entre a Dívida Consolidada e o somatório do EBITDA consolidado dos últimos 4 trimestres da Companhia não poderá ser superior a 3,25;
- c) Na data do último balanço trimestral, a relação entre a Dívida Consolidada e o somatório entre Dívida Consolidada e Patrimônio Líquido não poderá ser superior a 0,60.

Definições:

“EBITDA” significa o somatório sem duplicidade (i) do resultado antes de deduzidos os impostos, tributos, contribuições e participações, (ii) da depreciação e amortizações consolidadas ocorridas no mesmo período e (iii) das Despesas Financeiras deduzidas das receitas financeiras, descontados (iv) o resultado não operacional e (v) outras receitas e despesas operacionais.

“Dívida Consolidada” significa o somatório das dívidas onerosas consolidadas da Companhia junto a pessoas físicas e/ou jurídicas, incluindo empréstimos e financiamentos com terceiros, emissão de títulos de renda fixa, conversíveis ou não, no mercado de capitais

lojal e/ou internacional, além de ~~avais, fianças~~, penhores ou garantias prestadas pela Companhia, bem como valores ~~pagos a acionistas~~ em decorrência de resgate de ações realizados pela Companhia e a ~~venda ou alienação~~ de recebíveis presentes ou futuros, com ou sem a coobrigação da Companhia.

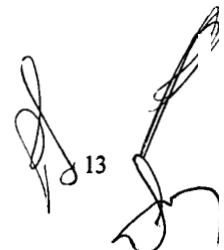
“Despesas Financeiras Consolidadas” significa o somatório dos custos de emissão de dívida, juros pagos a pessoas físicas ou jurídicas, incluindo instituições financeiras, fornecedores, valores mobiliários, despesas financeiras que não impactam o caixa, comissões, descontos e outras taxas para empréstimos bancários ou cartas de crédito, despesas com hedge, despesas com arrendamento mercantil, despesas com avais, fianças, penhores ou garantias prestadas a outras obrigações.

2.16. Vencimento Antecipado

Na hipótese da Companhia descumprir as obrigações abaixo indicadas, o AGENTE FIDUCIÁRIO poderá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações constantes desta Assembléia Geral de Acionistas e exigir o imediato pagamento pela Companhia do Valor Nominal, atualizado, quando aplicável, das Debêntures em circulação, acrescido de sua respectiva Remuneração *pro rata temporis* (e no caso da alínea (b) abaixo, dos encargos moratórios, até a data do seu efetivo pagamento, na ocorrência dos seguintes eventos:

- a) pedido de concordata preventiva, liquidação ou decretação de falência da Companhia;
- b) não pagamento, pela Companhia, do Valor Nominal Unitário, atualizado, quando aplicável, acrescido da respectiva Remuneração e de quaisquer outros valores devidos aos debenturistas nas datas previstas na Escritura, não sanado no prazo de 3 (três) dias corridos, contados da respectiva Data de Vencimento;
- c) decisão judicial determinando execução judicial de títulos contra a Companhia cujo valor agregado não pago ultrapasse R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), reajustado pela variação do Índice Geral de Preços – Mercado (“IGPM”), salvo se contra tal decisão judicial couber qualquer ação ou recurso judicial da Companhia perante o tribunal que determinou a execução do título ou tribunal superior a este;
- d) inadimplemento ou vencimento antecipado de qualquer obrigação financeira da Companhia cujo valor principal seja superior a R\$25.000.000,00 (vinte e cinco milhões), salvo se sanado pela Companhia no prazo de 10 (dez) dias corridos contados da data de notificação à Companhia de ocorrência de inadimplemento e/ou vencimento antecipado;
- e) não observância de qualquer item constante do item 2.15 (*covenants* financeiros);
- f) perda, pela Companhia, da concessão para prestação de serviços de telefonia fixa comutada; e
- g) descumprimento, por parte da Companhia de qualquer obrigação material relativa à Emissão, não sanada em 30 dias contados da data de aviso enviado pelo AGENTE FIDUCIÁRIO.

13



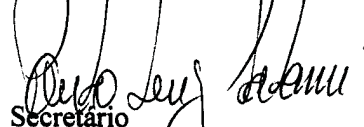
Ainda com relação a este item, os acionistas deliberaram: **I)** delegar ao Conselho de Administração da Companhia poderes para, independentemente de convocação e deliberação de nova Assembleia Geral de Acionistas: (i) deliberar sobre as condições de que tratam os incisos VI a VIII, do artigo 59 da Lei n.º 6.404/76; (ii) deliberar e autorizar a forma de alocação das Debêntures entre as séries desta Emissão, conforme resultado obtido durante o processo de *bookbuilding*; (iii) cancelar as Debêntures desta Emissão que venham a ser emitidas e não sejam subscritas, bem como as Debêntures adquiridas e mantidas em tesouraria pela própria Companhia; (iv) adequar a fórmula a ser aplicada para aferição do Prêmio de Reembolso das Debêntures da 2ª Série em caso de resgate antecipado, previsto no Item 2.12."b" acima, a fim de ajustá-la à taxa de juros efetiva a ser aplicável às Debêntures da 2ª Série, que será definida em processo de *bookbuilding*; (v) alterar e aditar a Escritura de Emissão para que as matérias mencionadas nos sub-itens (i), (ii), (iii) e (iv) acima, bem como as matérias objeto do Item (II) a seguir, possam estar corretamente refletidas na Escritura de Emissão; e (vi) cancelar as debêntures não conversíveis em ações da 1ª emissão privada da Companhia não subscritas, emitidas em 27 de janeiro de 2001, se aplicável. **II)** delegar poderes à Diretoria da Companhia para contratar instituições financeiras credenciadas para intermediação da Emissão, nomeação do AGENTE FIDUCIÁRIO, bem como contratar banco mandatário, banco prestador de serviços de escrituração das Debêntures e praticar os demais atos necessários à formalização e administração desta Assembleia Geral de Acionistas.

Deve-se esclarecer que o Edital de Convocação não foi publicado no Diário Oficial da União, em razão de motivo de força maior, à vista da greve dos funcionários do Diário Oficial da União, que é fato notório.

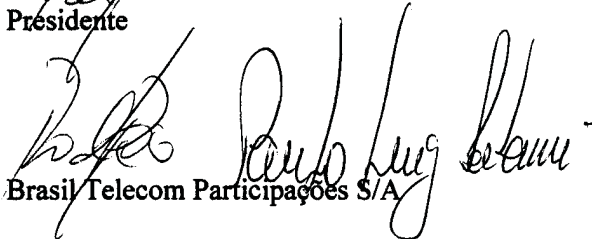
ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a ser tratado, lavrou-se a presente ata, que foi lida, aprovada e achada conforme pelos acionistas presentes e assinada pelos componentes da mesa, conforme faculta o artigo 130. Lei nº 6.404/76. Brasília, 18 de dezembro de 2001.



Presidente



Secretário



Brasil Telecom Participações S/A



Representante do Conselho Fiscal

Original lavrado no Livro da Companhia.

70 31



ENDOUROS ALVES OLIVEIRA
GUILHERME ALVES OLIVEIRA
RITA OLIVEIRA DA SILVA PEREIRA PAES

- 4 JAN 2002

21 OF. NOTAS E PROTESTO-DF
TAE. DOBRESSTREIRA
AUTENTICACAO
AUTENTICACAO
FIEL DO ORIGINAL (REC. 216 DE 26/04/2001)

